

Regras e ordenações específicas em sonhos podem ser extraídas dos aspectos formais em sua apresentação. É o que acontece quando a cena inicial indica a conclusão do tema tratado, no entanto, sucedendo-se a ela, os elementos que constituem a trama em outras condições, é apresentada em momento anterior. Fases na progressão do trabalho em sonhos têm sido indicadas como progressão a um epílogo. Diversamente, insiste-se aqui na elaboração temporal como elemento inerente ao sonhador e a seu sonho: esta perspectiva, e os dados colhidos segundo a mesma poderão, possivelmente, contribuir ao entendimento da estrutura subjetiva e do processo psíquico em particular.

A ocorrência de sonhos com temas típicos e com temas de caráter universal exige que sejam consideradas questões a respeito da possível caracterização dos sonhos em culturas diferentes, em grupos de diversas atuações profissionais, em várias idades “...são dados que ressaltam o caráter cultural e grupal não apenas do ponto de vista pessoal, mas social” (1). No entanto, não se exclui a necessidade de se considerarem as associações a esses conteúdos nos sonhos individuais, para se compreender o sentido que tomam na elaboração pessoal de cada um.

Em vista desses dados, no entanto, pode-se atestar o sentido social do sonho, bem como sua importância para o grupo humano. Aliás, seu uso para entendimento do sujeito e para indicações em sua realização vem de longa data, como indicam as inscrições em textos gregos, egípcios e, em especial, as referências bíblicas. Freud, em seu livro *A interpretação dos sonhos* cita, por exemplo, como Alexandre parte para a batalha, depois de um sonho que o orientou para essa realização, da qual saiu vencedor (2). Estudos e pesquisas atuais têm-se dirigido ao levantamento de características no nível social e cultural como as citadas acima. Especialmente com isso poderíamos reconhecer que a formação e a temática onírica se originariam num amálgama comum à existência humana, ainda que se diferencie em cada um. Em conclusão, podemos referir o sonho como inserido igualmente na história humana, como o referimos inserido na história subjetiva. Uma grande contribuição a seu valor na vida humana será poder reconhecer o sentido de seu conteúdo inserido no valor simbólico cultural de sua linguagem. Seu tempo estará, então, marcado pela história em que se desloca o sujeito.

Therezinha Moreira Leite é psicóloga e professora aposentada do Departamento de Psicologia Clínica do Instituto de Psicologia-USP

Referências

- 1 Davignaud, J., Davignaud, F. e Corbeau, J-P. *La banque des rêves*, Paris, Payot, 1979.
- 2 Freud, S. *La interpretación de los sueños*. Obras completas, Madrid: Biblioteca Nueva, 1948, p. 231-581.

TEMPO, INDIVÍDUO E VIDA SOCIAL*

Maria Helena Oliva-Augusto

Tendo como fio condutor as análises que procuram discutir como se dão as relações que as pessoas mantêm com o seu tempo, este texto busca examinar os vínculos entre tempo, indivíduo e vida social, acentuando, principalmente, as diferenças existentes entre uma vivência orientada pela perspectiva do futuro, característica da modernidade, e outra que, centrada no momento presente, para alguns analistas, indicaria o nascimento de uma nova ordem social. Será também avaliada a hipótese que aponta para a emergência de um novo tempo social dominante e de novas formas de manifestação da individualidade, elementos que caracterizariam o surgimento dessa nova ordem.

* * *

O tempo social dominante de uma sociedade é aquele que lhe permite cumprir os atos necessários para a produção dos meios que garantem sua sobrevivência, possibilitando a criação, manifestação, realização e atualização de seus valores fundamentais.

Os procedimentos envolvidos nesse processo qualificam aqueles que os utilizam, a sociedade em que vigoram e as relações sociais que desencadeiam. Em cada tipo de coletividade, e em todos os níveis, a satisfação das existentes e a criação de novas necessidades, a transmissão à descendência do modo adequado de ser e da maneira desejável de agir, atribui significados, faz nascer valores que passam a ser compartilhados, constituindo modos de vida e tipos de sociabilidade.

A forma pela qual uma dada sociedade garante a manutenção da vida, expressa no seu modo de produzir, nas regras que a organizam e nas principais atividades exigidas por essa produção, interfere sobre o seu ritmo temporal e indica qual é o tempo que nela predomina. Como as atividades que são secundárias para a definição desse processo articulam-se em torno dele, os tempos sociais em que essas atividades se desenvolvem: articulam-se em torno do tempo social dominante e submetem-se a seu ritmo. (1)

As mais diferentes teorias sociais qualificam a ordem social moderna como “sociedade do trabalho”, exatamente porque reconhecem na categoria trabalho sua dinâmica central. O tempo do trabalho – regular, homogêneo, contínuo, exterior, coercitivo, linear e abstrato – é o tempo social nela dominante. Por conseguinte, qualquer dos outros tempos sociais existentes, referentes a atividades que não são determinantes para sua caracterização, é penetrado por esses traços, que adquirem a conotação de identificadores do tempo. Pessoas e instituições lhe estão submetidos, fazendo com que a própria definição de ser social – individual e coletivo – sofra a mediação dos conceitos de trabalho e tempo de trabalho.

Entretanto, atualmente, o trabalho vem sendo questionado como valor central da vida social, tanto objetiva como subjetivamente. (2) É identificada uma crise, ligada ao fim da percepção da categoria trabalho como dimensão qualificadora da sociedade, e do tempo a ele referente, como tempo dominante (3), sugerida a transição para um novo conjunto de significados, a emergência de uma nova ordem e, em decorrência, de um novo tempo social dominante, ainda que não plenamente configurados.

A perspectiva temporal, como a concebemos, só se concretizou quando, além da percepção de um **ontem**, referente ao passado, e de um **hoje**, relativo ao presente, tornou-se possível pensar a emergência de um **amanhã** que pudesse, realmente, representar uma alternativa futura ao que existia. A forma com que nos habituamos a perceber o mundo e nele viver tornou-se vigente somente quando, não apenas individualmente mas também em termos sociais, surgiu a possibilidade efetiva de apreensão dessa tripla dimensão temporal.

Substituindo um andamento cíclico, o surgimento de um tempo tridimensional, marcado pela distinção entre passado, presente e futuro, é um dos elementos qualificadores da vida moderna. O presente identifica o momento no qual, amparada pela **experiência** do passado e lançando mão da **razão**, a humanidade **projetaria o seu futuro**. A própria relevância do tempo “depende[ria] da capacidade de interrelacionar o passado e o futuro no presente” (4 apud 5). A emergência da possibilidade de uma visão histórica do (e no) mundo estaria, portanto, vinculada ao surgimento dessa forma de percepção temporal (6).

Ainda mais importante, a idéia de progresso, a crença no planejamento como controle racional dos processos sociais e na possibilidade de construção de um projeto, coletivo ou individual, só passaram a atuar na orientação das condutas humanas a partir do momento em que o futuro passou a ser prefigurado, almejado, buscado. Dessa forma, a sociedade moderna e seus valores básicos estão referidos à crença na possibilidade de um futuro visualizado no presente e a partir deste construído, de um futuro pressentido como abertura – um possível configurado pela ação humana (7).

Em contraste, atualmente, alguns autores afirmam que a memória histórica já não está viva (8). Para eles, a intensificação crescente do ritmo temporal implica que já não se tenha memória do passado e esteja cada vez mais distante a possibilidade de um futuro. O esforço para manter-se em dia com o seu próprio tempo provoca, nas pessoas, o afastamento dos padrões significativos do passado, sem que suas próprias referências de valor se enraizem; com isso, as perspectivas de um (possível) futuro ficam também obscurecidas. Do mesmo modo, a experiência do passado já não garante a base para atuação no presente.

Beck afirma que, na sociedade contemporânea, entendida por ele como sociedade de risco, “o passado perde o poder de determinar o presente; seu lugar é tomado pelo futuro”. Dessa forma, algo inexistente, inventado, fictício aparece como **causa** de uma experiência atual. “Tornamo-nos ativos, hoje, para prevenir, aliviar ou tomar precauções contra crises e problemas de amanhã e de depois de amanhã” (9) e é notável a rapidez com que ocorre a obsolescência das formas de fazer, de agir e/ou de pensar.

Sua análise ressalta a transformação crucial em curso na própria noção de tempo, acentuando que a consciência do risco repousa não no presente, mas no futuro: em consequência, é necessário projetar o que virá depois a fim de determinar e organizar (agora) as ações. Esse segundo ponto deve ser enfatizado: para prevenir riscos, o futuro deve ser antecipado, de forma a gerar ações preventivas no presente. Dessa forma, mesmo considerando que, como no passado, o futuro ainda aparece como dimensão importante, hoje, é o presente o tempo acentuado, enquanto, anteriormente, o futuro a ser construído aparecia como a dimensão temporal forte.

**A
EXPERIÊNCIA
DO PASSADO
JÁ NÃO
GARANTE
A BASE PARA
ATUAÇÃO
NO PRESENTE.**

Paralelamente, a destruição do passado surge como um dos fenômenos mais terríveis do século XX – perdem-se os mecanismos sociais capazes de vincular a experiência pessoal da atual geração às das gerações passadas (10). Ao mesmo tempo, os jovens contemporâneos parecem habitar uma espécie de presente contínuo, expresso na vivência repetida do **agora**, a busca desenfreada do momento atual. Aliás, essa é uma característica da vida contemporânea: a busca intensificada do prazer, a necessidade de viver para o momento, “viver para si, não para os que virão a seguir, ou para a posteridade”.

A intensificação dessa percepção do presente é também expressa na idéia de que “a categoria temporal do futuro é suprimida e substituída pela do presente prolongado”, um presente ampliado, que passa a absorvê-lo (11). Problemas que, antes, podiam ser remetidos a um tempo futuro, penetram o presente, impõem soluções que poderiam esperar o amanhã, mas exigem ser tratadas hoje mesmo. Dessa forma, o futuro não mais oferece o campo livre para a projeção dos desejos, esperanças e crenças, cada vez mais obscurecido pelas questões do momento, criando uma dinâmica própria do presente, que se torna seu próprio centro (12).

Fala-se na **falência** da perspectiva do futuro, sentimento disseminado que estaria na raiz do desencantamento e da desesperança que caracteriza(ria)m não só a vivência das novas gerações mas contaminam a totalidade da vida contemporânea. Diferentemente das sociedades tradicionais, centradas no passado, ou daquelas orientadas para o futuro, o presente é(seria), atualmente, cada vez mais privilegiado.

Eis aqui, portanto, o problema: o nosso seria um tempo de dissolução dos elementos que, há pelo menos três séculos, tem constituído a base temporal em que ocorrem os processos sociais. Essa constatação sugere estar em curso uma assustadora re-significação do tempo, caracterizada pela crescente desvalorização cultural do passado, a progressiva perda de perspectiva e de esperança em relação ao futuro, e a acentuação exasperada da vivência do presente, preenchido exaustivamente.

Portanto, não haveria mais passado ou futuro, e, considerando que, sem conexão com o que foi e com o que está por vir, rigorosamente, o presente acaba por não ter existência e que um tempo unidimensional não pode, a rigor, receber essa qualificação, tampouco se poderia falar em presente, pois “um presente eterno não pode ser um presente” (13 apud 5). Essa assertiva aplicar-se-ia tanto aos conjuntos quanto aos indivíduos. Lasch (14), por exemplo, salienta que o **homem psicológico** do século XX nega o passado e tem dificuldade de enfrentar o futuro, o que acarreta a perda de significado do próprio presente.

Tem sido sugerido que atingimos um momento em que própria sobrevivência da sociedade, da forma que aprendemos a percebê-la, está ameaçada. A desintegração dos velhos padrões de relacionamento humano e, com ela, a quebra dos elos entre gerações, entre passado e presente, foi a mudança mais perturbadora ocorrida no século XX (15). Castoriadis (16), entre outros, já havia tratado de questão semelhante, lembrando a necessidade do restabelecimento desses vínculos, a fim de que não naufraguem os valores da civilização, não se instale a barbárie nas relações humanas e possa ser superada a crise no processo de identificação, que se manifesta atualmente.

Sem dúvida, as alterações que se processam nas formas de produção da vida, por um lado, e na percepção e vivência da temporalidade, bem como na dimensão temporal que é valorizada, por outro, repercutem no processo de constituição dos indivíduos do nosso tempo, na própria maneira como se vêem e àqueles com os quais compartilham o mesmo sentido de tempo.

É necessário lembrar que um dos traços marcantes da relação entre indivíduo e tempo, característica da modernidade, era a possível construção do traçado da própria vida pelos indivíduos. Tratava-se, pois, da afirmação bem sucedida de suas próprias capacidades, implicando que seu futuro podia ser, pelo menos em parte, escolhido livremente, com a ênfase incidindo sobre a escolha livre.

Essa forma de conceber a trajetória individual afastava a crença – atuante desde a antiguidade até o Renascimento –, em um destino inexorável, irrevogável e imutável que, mesmo conhecido previamente, não podia ser evitado, o que exigia das pessoas, para serem bem sucedidas, que atuassem de modo adequado, conformando-se a (e com) ele (17). A idéia da sociedade de/do risco, trabalhada por Beck, traz de volta a idéia do destino, ainda que de forma não idêntica. “Agora, na civilização desenvolvida, existe uma espécie de destino de risco, no interior do qual se nasce, do qual não se pode escapar, com a **pequena diferença** (que tem um grande efeito) que estamos todos igualmente confrontados com ele.” (18).

Presentemente, tem sido com freqüência questionada a possibilidade da existência de pessoas com as qualidades e características louvadas pelo discurso moderno, em seus primórdios: indivíduos capazes de serem livres para alcançarem um grau mais alto de verdade, condição que traduzia o ideal ocidental do que significava ser humano. Em outras palavras, cada vez mais, tem-se duvidado que, em nosso tempo, ainda seja factível a emergência de seres humanos racionais, livres e iguais, nos quais se tenham desenvolvido, de maneira equilibrada, os sentidos de alteridade e de pertença. Pessoas que sejam orientadas para o futuro, capazes de, mediante atos voluntários, sacrificarem a satisfação imediata de seus desejos, em nome da segurança e da preservação – material e moral – da própria existência (19).

Na emergência da modernidade, a habilidade em utilizar a experiência do passado para conhecer o presente e, dessa forma, poder antecipar racionalmente uma sociedade alternativa futura, pela mediação de um projeto transformador, distinguia o indivíduo, era o cerne da manifestação da individualidade. Esta se caracterizava pela capacidade de pensar e de agir autonomamente, de dar início ao novo, pela capacidade de previsão e provisão do próprio futuro e daqueles que eram próximos, tendo um horizonte que ultrapassava, de longe, a expectativa de vida de alguém, tomado isoladamente.

Ainda durante o período da II Grande Guerra, Horkheimer já havia sugerido serem cada vez mais difíceis as possibilidades de planejar o futuro. Acreditava que o “indivíduo contemporâneo pode[ria] ter mais oportunidades do que seus ancestrais, mas suas perspectivas concretas têm prazo cada vez mais curtos, [uma vez que o] futuro não entra rigorosamente em suas transações.” (20).

Esse impedimento, já percebido em meados do século XX, desdobrou-se em uma situação incomparavelmente mais complexa, no início do século XXI. Hoje, é difícil visualizar um futuro factível, as perspectivas parecem inexistentes, circunstância vivenciada como ameaça de derrota, unida à sensação do retorno de um destino irrevogável, contra o qual não há oposição possível.

Além dessa, uma outra questão está presente, ligada à crescente dificuldade que as pessoas têm de valorizar o tempo disponível como aquele em que se torna possível a realização de expectativas, a fruição do que se almeja, a expressão de si naquilo que é feito. No mesmo momento em que o valor **realização de si** emerge como um dos pontos principais de manifestação da individualidade, acentuam-se as contradições inerentes ao processo de individualização contemporâneo, atuante num processo societário que torna a autonomização individual crescentemente impossível.

Explico-me. O indivíduo se efetiva, ao lado da identidade genérica derivada do fato de ser membro da espécie humana, pelo talento e possibilidade que demonstra de cultivar, em si, aquelas qualidades que o tornam único e singular. No século XIX, atingia o status de indivíduo, na acepção forte do termo, aquela pessoa capaz de constituir a si mesma enquanto obra, aplicando-se cotidiana e continuamente ao cultivo daqueles traços que a distinguissem das outras, sem qualquer equívoco. Essa tarefa, simultaneamente estressante e dignificadora, imprimia um sentido à vida de cada um, comportando busca consciente, planejamento deliberado e liberdade de escolha.

Nesse registro, trabalhar era sinônimo de disciplina, dignidade, auto-estima, bem-estar, progresso, conquista de autonomia. Sucesso ou fracasso dependia do tipo de trabalho exercido e da atitude de cada um diante dele. A possibilidade de trabalhar (acreditava-se) estava aberta para todos os que se dispunham a conquistar seu lugar no mundo, (bem) utilizando suas capacidades e habilidades.

A situação atual mudou, em vários sentidos. De um lado, ocorre que, hoje, cada vez mais intensamente, cresce o número de pessoas que, embora procurando trabalhar, não conseguem colocação e não contam com qualquer outra forma de sobrevivência. Assim, ainda que, objetivamente, haja condições para que disponham de mais tempo livre e possam preenchê-lo de forma mais independente, aumenta o número daqueles que, ao invés de tempo livre, vivem um tempo sem ocupação, sentem-se pressionados pela condição de não-trabalho e, portanto, impedidos de crescerem enquanto indivíduos.

Por outro lado, a utilização do tempo livre com atividades prazerosas e significativas – vinculadas ao trabalho, ao estudo, à arte ou ao artesanato – não é mais capaz de preencher as expectativas das pessoas. Aparentemente, a dimensão do consumo ocupa todos os domínios, inclusive o tempo livre.

Ainda no mesmo registro, é possível constatar que o foco preferencial no **agora** impõe uma vida social em que, quanto mais amigos se têm, menos tempo é possível dedicar a cada um, os relacionamentos são efêmeros, mesmo sendo intensos, os laços sociais são, continuamente, produzidos, reproduzidos e consumidos, e é muito difícil compartilhar narrativas e experiências (21).

* * *

Tempo, individualidade, vida social. Aparentemente, dizendo respeito a processos ultrapassados, são noções que supostamente já não possibilitam compreender o momento histórico em que vivemos e, em conseqüência, interferir sobre as condições que o constituem. Entretanto, mesmo reconhecendo que as mudanças em curso não permitem, como parecia se dar anteriormente, que a apreensão das situações se processe em noções mais ou menos cristalizadas, é imensa a dificuldade de projetar uma nova percepção do tempo, uma estruturação diversa da vida social, uma noção de indivíduo radicalmente distinta.

Sem dúvida, o momento em curso é crucial. Entretanto, o que talvez deva ser acentuado é que, hoje, está havendo uma radicalização tão intensa das características atribuídas ao tempo, ao indivíduo e à vida social, desde o início dos tempos modernos, que parece alterar sua qualidade. Em conseqüência, diferentemente do que, no passado, era anunciado como condição generalizável, o processo de individualização/individuação está agora restrito àqueles(as) poucos(as) capazes de sucesso na criação de suas personalidades e de atribuição de significado e dignidade às suas vidas. Diante das questões suscitadas pelas considerações acima, à guisa de conclusão, emprego palavras utilizadas num outro contexto: “No centro (...) [da profunda transformação da vida social contemporânea, de seus valores e significados, e do tempo no qual operam] não está um novo tipo de sociedade, mas um novo tipo de indivíduo, que não cultiva nem a nostalgia de um passado dourado, nem a esperança por um futuro redentor, mas que, possuindo uma ‘inflexibilidade treinada para enxergar as realidades da vida’, está apto para responder ‘às demandas do dia.’” (22).

Maria Helena Oliva-Augusto é docente e pesquisadora do Departamento de Sociologia, da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas (USP).

Notas e referências

- 1 Sue, R. *Temps et Ordre Social*. Paris: P.U.F., 1994.
- 2 Offe, C. “Trabalho, a categoria-chave da Sociologia?”. In: *Revista Brasileira de Ciências Sociais/RBCS*, n.º 10, vol. 4 (5-20), Rio de Janeiro: ANPOCS, junho de 1989. Publicado, em inglês, em *Disorganized Capitalism: contemporary transformations of works and politics*. Oxford: Basil Blackwell, 1986.
- 3 Sue, R. *Temps et Ordre Social*. Paris: P.U.F., 1994, p. 298.
- 4 Luhmann, N. *The Differentiation of Society*. New York: Columbia University Press, 1982, p. 276.
- 5 Adam, B. *Time & Social Theory*. Cambridge: Polity Press, 1994, p. 23.
- 6 Heller, A. *O Homem do Renascimento*. Lisboa: Editorial Presença, 1982.
- 7 Novotny, H. *Le temps à soi: genèse et structuration d'un sentiment du temps*. Paris: Ed. de la Maison des Sciences de L'homme, 1992, p. 14.
- 8 Sue, R. *Temps et Ordre Social*. Paris: P.U.F., 1994.
- 9 Beck, U. *Risk Society. Towards a New Modernity*. London: Sage, 1992, p. 34.
- 10 Hobsbawm, E. *Era dos Extremos: o breve século XX: 1914-1991*. São Paulo: Companhia das Letras, 1995. Traduzido do original *Age of extremes: the short twentieth century: 1914/1991*, publicado pela Pantheon Books, em 1994, p. 13.
- 11 Novotny, H. *Le temps à soi: genèse et structuration d'un sentiment du temps*. Paris: Ed. de la Maison des Sciences de L'homme, 1992, p. 49.
- 12 Novotny, H. *Le temps à soi: genèse et structuration d'un sentiment du temps*. Paris: Ed. de la Maison des Sciences de L'homme, 1992, p. 48.
- 13 Mead, G.H. *The Philosophy of Present*. La Salle, Ill.: Open Court, 1959[1932], p.11, *apud* 5, p. 39.
- 14 Lasch, C. *A Cultura do Narcisismo*. Rio de Janeiro: Imago, 1983. Traduzido do original em inglês *The Culture of Narcissism*, USA, 1979.
- 15 Hobsbawm, E. *Era dos Extremos: o breve século XX: 1914-1991*. São Paulo: Companhia das Letras, 1995. Traduzido do original *Age of extremes: the short twentieth century: 1914/1991*, publicado pela Pantheon Books, em 1994, p. 24.
- 16 Castoriadis, C. *La crise du processus identificateur*. Connexions 55, La malaise dans l'identification. Toulouse: Ed. Erès, 1990-1.
- 17 Heller, A. *O Homem do Renascimento*. Lisboa: Editorial Presença, 1982, pp. 293-298.
- 18 Beck, U. *Risk Society. Towards a New Modernity*. London: Sage, 1992, p. 41.
- 19 Horkheimer, M. *Eclipse da razão*. Rio de Janeiro: Editorial Labor do Brasil, 1976. Traduzido do original em inglês *Eclipse of Reason*. New York: Oxford University Press, 1974.
- 20 Horkheimer, M. *Eclipse da razão*. Rio de Janeiro: Editorial Labor do Brasil, 1976. Traduzido do original em inglês *Eclipse of Reason*. New York: Oxford University Press, 1974, p. 151.
- 21 Wittel, A. “Toward a Network Sociality”. In: *Theory, Culture & Society*, vol. 18(6): 51-76. London: Sage, 2001, pp. 51-76.
- 22 Brubaker, R. *The Limits of Rationality. An Essay on the Social and Moral Thought of Max Weber*. London: Routledge, 1991, p. 112.

O TEMPO DA CULTURA EM NIETZSCHE

José Carlos Bruni

Grande parte da fama do filósofo Friedrich Nietzsche advém de sua concepção do eterno retorno do mesmo. Na verdade, grande enigma que desafia a compreensão comum e que tem despertado as mais engenhosas interpretações, no intuito de tornar aquela idéia um pouco mais clara. Esse ponto culminante das reflexões de Nietzsche sobre a questão do tempo tem deixado em segundo plano outros aspectos de sua filosofia da temporalidade, alguns dos quais serão objeto do presente texto, especialmente as noções de pressa (*die Hast*) e devagar (*langsam*).

Em várias ocasiões, Nietzsche expressa sua preferência pelos leitores que são calmos e “amigos do lento”. Nas conferências “Sobre o futuro de nossos estabelecimentos de ensino”, Nietzsche escreve:

“O leitor de quem espero algo (...) deve ser calmo e ler sem pressa. (...) O livro está destinado aos homens que ainda não caíram na pressa vertiginosa de nossa época rodopiante e que não sentem um prazer idólatra em ser esmagados por suas rodas. Portanto para poucos homens! Mas esses homens ainda não se habituaram a calcular o valor de cada coisa pelo tempo economizado ou pelo tempo perdido, eles ‘ainda têm tempo’; a eles ainda está permitido, sem que venham a sentir remorsos, escolher e procurar as boas horas do dia e seus momentos fecundos e fortes para meditar sobre o futuro de nossa cultura (*Bildung*), eles mesmos podem se permitir ter passado um dia de maneira digna e útil na *meditatio generis futuri*. Tal homem ainda não desaprendeu a pensar enquanto lê, compreende ainda o segredo de ler entrelinhas, tem mesmo o caráter tão esbanjador que medita ainda sobre o que leu, mesmo muito tempo depois de não ter mais o livro entre as mãos. E não para escrever uma resenha ou outro livro, mas apenas e somente isso – para meditar! Condenável esbanjador!” (1).

E em *Aurora* lemos:

“Tal livro, tal problema não têm pressa; além disso somos amigos do lento, eu tanto quanto meu livro; não se foi filósofo em vão, talvez é-se ainda, diríamos, um professor de leitura lenta – finalmente, escreve-se também lentamente. Agora, isso não só faz parte dos meus hábitos, como também do meu gosto – um gosto maldoso, talvez? Nada mais escrever que não leve aquela espécie de homem que ‘tem pressa’ ao desespero. A filologia é efetivamente essa arte venerável que exige de seu admirador antes de tudo uma coisa: afastar-se, dar-se tempo, tornar-se silencioso, tornar-se lento, como um conhecimento de ourives aplicado à palavra, que tem de fazer seu trabalho fino e cuidadoso e nada alcança se não alcança lentamente. É precisamente nisso que ela é hoje mais necessária do que nunca, é justamente nisso que ela nos atrai e nos encanta no mais alto grau, numa época